

NETMANAGEMENT®

Livro Branco

O declínio programado dos cartões bancários locais nos sistemas de pagamento

—

Por uma visão soberana, eficiente e equitativa da paisagem europeia dos pagamentos

Version 1.00
Outubro de 2025
Português

Introdução

O ecossistema europeu de pagamentos encontra-se em profunda transformação. Cartões bancários locais como o girocard na Alemanha, o Carte Bancaire em França, o Dankort na Dinamarca, o Bancontact na Bélgica, o Multibanco em Portugal, o PagoBANCOMAT em Itália ou o BankAxept na Noruega e Finlândia continuam a ser amplamente utilizados. Estas soluções são apreciadas tanto por consumidores como por comerciantes devido ao seu custo reduzido, fiabilidade e enquadramento normativo local.

Estes cartões estão enraizados em redes domésticas que funcionam como infraestruturas financeiras públicas, muitas vezes geridas em modelo cooperativo entre os bancos nacionais. Oferecem baixas comissões de intercâmbio, maior previsibilidade de custos e uma integração eficaz nos sistemas fiscais e contabilísticos locais.

Para que possam ser utilizados fora do seu país de origem, estes cartões são frequentemente emitidos com um co-badge associado a marcas internacionais como Maestro, V Pay, Visa Debit ou Mastercard Debit. Contudo, os esquemas internacionais têm vindo a restringir ou desincentivar essa prática, favorecendo a canalização das transações exclusivamente pelas suas redes, com vista a maximizar as receitas provenientes das comissões.

As implicações para os comerciantes são diretas: maiores custos por transação, menor controlo sobre o canal de processamento e crescente dependência de redes privadas não europeias. Para os consumidores, a perda das opções locais traduz-se numa redução de alternativas económicas e transparentes.

Além disso, os bancos emissores têm interesse comercial em substituir os cartões locais por produtos internacionais, mesmo para uso doméstico, pois recebem maiores incentivos e comissões das marcas internacionais. Isto cria uma situação onde os custos adicionais são, na prática, suportados pelos comerciantes e, indiretamente, pelos consumidores.

Um exemplo ilustrativo: um turista alemão em Portugal não pode utilizar a sua girocard a não ser que esta esteja co-badge com uma marca internacional. Mas esta limitação não é de ordem técnica, é puramente contratual e comercial. Permitir que os adquirentes aceitem cartões nacionais estrangeiros através de redes locais seria possível e benéfico.

Mais ainda, os cartões associados a contas empresariais são classificados como "Commercial Cards", excluídos do Regulamento (UE) 2015/751, que limita as comissões de intercâmbio a 0,2 % (débito) e 0,3 % (crédito). Assim, estas "Commercial Cards" implicam taxas superiores a 2,5 % ou mesmo 3 % por transação, inviabilizando margens em setores como a alimentação, retalho ou restauração.

Serviços como o cashback (levantamento de dinheiro no ponto de venda) tornam-se economicamente desinteressantes sob tais comissões. O mesmo se aplica a gorjetas e gestão automatizada de receitas.

Perspetiva de futuro e propostas estratégicas

Os sistemas nacionais de pagamento devem ser preservados e valorizados como elementos-chave da soberania financeira europeia. São também instrumentos de eficiência económica e inclusão digital.

Recomenda-se implementar o Merchant Choice Routing como norma, permitindo ao comerciante escolher a rede de processamento mais vantajosa. É também essencial fomentar a interoperabilidade entre redes locais europeias, possibilitando a aceitação transfronteiriça de cartões nacionais sem necessidade de co-badge.

A iniciativa European Payments Initiative (EPI) pode ter um papel relevante se garantir neutralidade, governança aberta e acessibilidade técnica para bancos e fornecedores de serviços de pagamento.

O que podem fazer comerciantes e consumidores?

- Consumidores: solicitar ao banco cartões com funcionalidade local ativa e preferi-los nas compras diárias.
- Comerciantes: escolher prestadores que ofereçam suporte a cartões locais e negociar canais de processamento.
- Associações empresariais: promover informação transparente e defender condições comerciais equitativas.

Recomendações para decisores e PSPs

Para entidades reguladoras e decisores políticos:

- Reforçar a transparência tarifária para todas as categorias de cartões
- Legislar sobre a aceitação transfronteiriça de cartões locais
- Proibir restrições contratuais ao Merchant Choice Routing ou ao co-badge
- Apoiar financeiramente a integração das redes locais através de projetos como a EPI

Para bancos emissores e prestadores de serviço de pagamento:

- Divulgar de forma clara as taxas aplicáveis, especialmente para cartões comerciais
- Promover a utilização de cartões locais e a liberdade de escolha de rede
- Garantir acesso à infraestrutura de redes domésticas

Resumo Executivo para Comerciantes

- Os cartões locais são económicos, seguros e otimizados para as realidades locais
- O seu desaparecimento favorece apenas grandes marcas internacionais e emissores
- Cartões empresariais implicam custos não regulados e por vezes insustentáveis
- Serviços como gorjetas eletrónicas ou cashback estão em risco
- A aceitação de cartões locais estrangeiros é tecnicamente viável e comercialmente desejável

Conclusão

O desaparecimento dos cartões bancários locais não é inevitável. É fruto de uma lógica de maximização de lucro por parte de algumas entidades.

Proteger estes instrumentos é um ato de estratégia económica, soberania digital e defesa da concorrência justa.

Numa Europa que deseja autonomia tecnológica, não há futuro sustentável sem sistemas de pagamento que respeitem a diversidade e a equidade.